

A REVOLUÇÃO FARROUPILHA: O MASSACRE DE CERRO DOS PORONGOS

Kárita Gill Sinotti¹

Leonardo Betemps Kontz²

Odilon Leston Júnior³

Resumo.

O estudo apresenta uma análise sobre um episódio da Revolução Farroupilha, no Período Regencial brasileiro, contemporâneo de outras revoltas que aconteceram, como a Cabanagem no Pará, Revolta dos Malês na Bahia, Balaiada no Maranhão, entre outras e mostrando como foram tratadas e resolvidas pelo governo central. Mais especificamente, tratamos da Revolução Farroupilha que aconteceu no atual estado do Rio Grande do Sul, entre 1835 e 1845, e em especial os acontecimentos e motivos da Batalha do Cerro dos Porongos, de 14 de novembro de 1844, onde ocorreu a chacina dos negros que serviam ao exército farroupilha gaúcho. Analisamos alguns dos mais renomados autores e suas obras referentes ao tema, mostrando documentos que possibilitaram uma leitura crítica sobre se houve ou não conluio entre o general David Canabarro e o então barão de Caxias para que houvesse a Batalha do Cerro dos Porongos. Vemos também a importância desta batalha para o final da guerra civil gaúcha.

Palavras-chave: Revolução Farroupilha, Porongos, Negros, David Canabarro.

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Pelotas. Professora de ensino Fundamental e Médio pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

² Mestre em Ciências Sociais, MBA em Administração e Marketing e Especialização em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional. Professor de Pós-Graduação e Graduação nos cursos de Administração, Gestão, Marketing e Recursos Humanos. Vice Diretor de Educação SESI/ Pelotas.

³ Mestre em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas. Professor de ensino Fundamental e Médio no SESI/FIERGS.

Abstract

The study that presents an analysis on an episode of the Farroupilha Revolution, in the Brazilian Regency Period, contemporary of other riots that happened, like Cabanagem in Pará, Malês riot in Bahia, Balaiada in Maranhão, among others, and showing how they were treated and resolved by the central government. More specifically, we treat the Farroupilha Revolution that happened in the current state of Rio Grande do Sul, between 1835 and 1845, and in particular the events and motives of the Cerro of Porongos battle that happened at November, 14 of 1844, where occurred the black slaughters who served the Farroupilha army. We analyze some of the most renowned authors and their works on the subject, showing documents that made possible a critical reading of whether or not there was conspiracy between General David Canabarro and the Baron of Caxias, for there was the Cerro Porongos battle. We also see the importance of this battle to the end of gaúcho civil war.

Keywords: Farroupilha Revolution, Porongos, Blacks, David Canabarro.

Introdução

O artigo analisa o conturbado Período Regencial, retratando um dos acontecimentos mais controversos eventos da Revolução Farroupilha e como ele propiciou o final da guerra civil, que por quase dez anos tomou conta da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Na primeira parte, passaremos a análise da historiografia, mostrando como destacados autores: Alfredo Varela em “História da Grande Revolução”, Walter Spalding em “A Revolução Farroupilha”, Henrique Oscar Wiedersphan em “O Convênio de Ponche Verde”, Dante de Laytano na “História da República Rio-Grandense”, Morivalde Calvet Fagundes em “História da Revolução Farroupilha”, José Plínio Fachel em “Gente de Guerra e Fronteira”, Moacyr Flores em “República Rio-Grandense: Realidade e Utopia” e “Negros na Revolução Farroupilha: traição em Porongos e farsa em Ponche Verde”. Veremos como estes autores se posicionaram sobre o tema, suas considerações e fatos apresentados.

Na segunda e última parte, baseados no período histórico em que se encontravam, na bibliografia disponível e nos documentos estudados, faremos o fechamento do trabalho de como se deu a Batalha no Cerro de Porongos, se houve ou não Traição por parte do general David Canabarro e como estes acontecimentos influenciaram o final da Revolução Farroupilha e a chamada “Paz de Ponche Verde”

1. A Conjuntura da Revolução Farroupilha

O período regencial é marcado por uma série de reformas na forma de conduzir o Brasil, foi um dos mais agitados da nossa história, a elite imperial tentava garantir a unidade territorial do Brasil, manter a ordem interna, não romper com as elites nacionais e ainda aplicar uma forma liberal de governo. Entre as classes e grupos dominantes não havia um ponto comum, sobre como deveria funcionar o governo de um modo mais conveniente a todos. O papel do Estado não estava exatamente definido, tinha que defender os interesses gerais dominantes, mas para isso precisava sacrificar os interesses de um setor social específico, como por exemplo, os pecuaristas gaúchos.

Dentro do grupo dos moderados havia posições diferentes, como a dos “exaltados” ou “farroupilhas”, e contrários a eles estavam os “absolutistas” ou “caramurus”. Os exaltados defendiam uma efetiva autonomia das províncias e as liberdades individuais alguns deles eram republicanos, como Cipriano Barata e Borges da Fonseca. Os absolutistas eram em grande parte portugueses com cargos burocráticos, membros do exército e altos comerciantes, a princípio defendiam o retorno de D. Pedro I ao trono, e formaram, depois, o partido conservador.

As reformas promovidas pelos regentes concentravam e ampliavam o poder do governo central, o que ia de encontro ao desejo das elites provinciais que clamavam por maior autonomia. Desde 1828 a autonomia municipal diminui e as câmaras perdem poder, assim como os juízes de paz.

Ora, o exercício do poder público por autoridades designadas pelos presidentes de províncias, ou seja, pelo governo central – em detrimento das autoridades locais escolhidas pelos proprietários, eleitores qualificados da região –, afigurou-se como uma ameaça à ordem privada, isto é, à ordem em geral. (ALENCASTRO; 1998: 17)

O exército, no começo do período regencial, era mal organizado e visto com desconfiança pelo governo e formado em grande número por oficiais portugueses. Seu problema maior estava não nos oficiais portugueses, mas na sua base, formada por gente insatisfeita, mal paga que podia a qualquer momento aliar-se ao povo nas rebeliões urbanas. Para resolver tal problema, ou dar maior segurança à ordem pública o governo em agosto de 1831 criou a Guarda Nacional que substituíra as antigas milícias.

A Guarda Nacional deveria ser formada por cidadãos confiáveis e era sua função manter a ordem nos municípios onde fosse formada, em algumas ocasiões era chamada para enfrentar rebeliões fora do município e proteger as fronteiras do Brasil, nesses casos era subordinada ao exército. O comando da Guarda Nacional coube ao Padre Diogo Feijó que ficou conhecido como o defensor da ordem pública.

Compunham obrigatoriamente a Guarda Nacional, como regra geral. Todos os cidadãos com direito a voto nas eleições primárias que tivessem entre 21 e 60 anos. O alistamento obrigatório para a Guarda Nacional desfalcou os quadros do exército pois quem pertencesse à primeira ficava dispensado de servir no segundo. (FAUSTO; 2008: 164)

Em agosto de 1834, o governo lançou o Ato Adicional, que tentava conciliar os interesses das três facções políticas. O Ato Adicional criou as Assembléias Provinciais, extinguiu o Conselho de Estado, concedeu autonomia às províncias e substituiu a Regência Trina pela Regência Una e eletiva.

Enquanto as rebeliões agitavam o país, as tendências políticas no centro dirigente iam se definindo. Apareciam em germe os dois grandes partidos imperiais – o Conservador e o Liberal. Os conservadores reuniam magistrados, burocratas, uma parte dos proprietários rurais, especialmente do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, e os grandes comerciantes, entre os quais muitos portugueses. Os liberais agrupavam a pequena classe média urbana, alguns padres e proprietários rurais de áreas menos tradicionais, sobretudo São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul. (FAUSTO; 2008: 171)

Nas eleições realizadas em 1835 para regente o Padre Diogo Feijó, candidato dos moderados, foi eleito, mas renunciou pouco mais de dois anos depois. Foi acusado de não conseguir reprimir de modo eficiente as rebeliões que eclodiram pelo Brasil. Com a renúncia de Feijó assume como regente Araújo Lima, que começa um regresso à centralização política e ao reforço da autoridade. A retirada de algumas das atribuições das províncias foi uma das primeiras leis aplicadas na Regência de Araújo Lima.

2. Análise bibliográfica de Porongos

Neste capítulo passaremos a analisar o posicionamento dos mais destacados e controversos autores que estudaram sobre o polêmico episódio do Cerro dos Porongos.

Alfredo Varela em “História da Grande Revolução” disse que em certa altura da Revolução imperava a vontade de um homem, Canabarro, Beco Jardim que também fazia parte da “minoría” o descreveu como “não violento”, mas um homem “creador” e lhe atribui toda a culpa pela traição em Porongos.

Não sendo a separação da província, (advertiu) podiam pedir o que quisessem, pois tinha poder para tratar e que só por preencher formalidades se mandaria um enviado à Corte. (VARELA, 1933: 228)

O generalíssimo teria sido notificado que Caxias combinara que as ações militares seriam apenas para constar porque não podia parar sem que a paz estivesse feita, assim Bento Gonçalves foi negociar com Caxias, tirando melhor proveito possível de uma situação já quase perdida.

Procuraria zeloso preservar do programa radicalismo de 1832 e 1835, senão a idéia matriz, o que nele, para todos os filhos do sul, era a idéia prima irmã dessa. [...] Na sua proposta Bento Gonçalves restabeleceu a negociação nos termos que a mesma se iniciara em, 1841, com a mediação de Revela; termos a que o caudilho depois fugiu, dando, com falsia, responsabilidade da iniciativa a Paulino da Fontoura. (VARELA, 1933: 231)

Bento procurou saber se o governo imperial reconheceria as dívidas internas e externas do Estado, garantiria a liberdade dos libertos que pegaram em armas e aos oficiais, Caxias respondeu que aceitava a proposta e já a enviaria para a Corte. Porém a minoria não queria que Bento Gonçalves fosse o grande responsável pela paz e após intrigas, ele produz um relatório oral e escrito sobre sua conversa com Caxias, o apresenta ao governo farrapo e se retira das negociações e da política.

Vêde com que nobreza, com que fidalguia, se declara o heroe continentista: “Quanto a mim, cumpre-me declarar a V. ex.^a que dedicando-me todo a libertar nossa Pátria e sustentando nossa Independência, protesto não abandonar a nossa causa, enquanto tiver companheiros que a isto se dediquem. Mas, destituído de seguir caprichos, respeitarei sempre qualquer deliberação que tome a maioria do Povo e Tropa, submetendo-me, embora seja contra a minha opinião individual; pois não quero que se formos infortunados, se diga que por um capricho, concorri a infelicidade de meus Patrícios”. (VARELA, 1933: 236)

Especificamente sobre Porongos, Varela conta detalhadamente o processo da marcha que levou Moringue ao acampamento farrapo em novembro de 1844, foi

cuidadoso envolvendo em trapos os freios e demais adereços metálicos da gente montada para que não fossem percebidos “no silêncio espaçoso da noite campeira”. Não foi de todo afirmam depoimentos: uma partida farrapa havia notificado Canabarro a tempo, que Moringue estava a caminho, porém ele não deu ouvidos ao aviso.

O lugar segundo Varela era uma desordem, em nada se parecia com um campo de gente de guerra na hora do ataque se via desordem, medo e pânico. Canabarro no momento do ataque de moringue estava recolhido à sua barraca junto com Papagaia.

Incansável a sua vigilância, parecia impossível apanhá-lo desprevenido, e foi, essa, “a primeira surpresa” em sua já larga vida militar, segundo afirma o próprio barão [...]

Caxias diz que David se escapou salvo e livre, “por não ser conhecido nos indecentes trajes em que se achava”. A palavra sublinhada assim está no sobredito papel. (VARELA,1933: 247)

Neto e outros estranharam o acontecido no Cerro dos Porongos, para ele pareceu um “complexo de inexplicáveis sucessos” Canabarro haveria sido avisado da possibilidade do ataque e nada fez a respeito. O prejuízo às forças farroupilhas foi desastroso; perderam cavalos, peças de artilharia, munições, arreios e claro homens.

“Mandados permanecer nos lugares em que foram surpreendido e mortos, um grito uníssono de traição se fez ouvir em toda a campanha” , e parece que esta circunstância induziu Chico Pedro a obra infernal que há poucos anos ficou patente. Com a intriga, a calúnia tinham ido abaixo os ídolos da religião farrapa [...] David e Lucas, e contra eles afixou as setas de sua insídia o astucioso legalista. Mui oculto forjou o documento, com a suposta assinatura de Caxias, em que lhe dava instruções para o golpe de Porongos, ataque arruinativo, que não seria o efeito de uma vera surpresa e sim de um desleal concerto entre o ganhador de fácil vitória e dois traidores da boa causa. (VARELA,1933: 498)

Varela aponta que segundo Apollinario Portoalegre, estava convicto da traição em Porongos, foi contestado por Alfredo Rodrigues, replicou, treplicou. Luiz Gomes, importante homem da legalidade e amigo de Varela, já doente pediu ao filho:

“Diz ao dr. Varela que o Canabarro era incapaz de proceder assim”. Impressionadíssimo com a leitura daquele opúsculo e também com o fidalgo rasgo de Luiz Gomes, voltei ao exame dos papéis de Almeida, que tanto contribuíram para infundir em mim a suspeita. [...] Foram, no entanto, as cópias de suas cartas, em eterna pesquisa da verdade, [...] que me deram a quase convicção de que David era um criminoso, ficando eu capacitadíssimo de tal, depois de ouvir 4 contemporâneos insuspeitos, [...] José Custódio Alves de Sousa, Manuel Alves da Silva Caldeira, João Amado e José Gomes Jardim, Beco de alcunha. (VARELA,1933: 499-500)

Todos eles condenando Canabarro, sendo que foi Gomes Jardim, que pertencia ao círculo da minoria, quem acabou com as dúvidas de Varela. Gomes Jardim tinha uma das opiniões mais favoráveis sobre o caudilho, ainda assim sobre o evento de Porongos fazia declarações bastante acusadoras.

No entanto, afirmava “não acreditar que Canabarro se vendesse. Acreditava que querendo este a todo transe fazer a paz, decidira desfazer-se daqueles que se opunham. Provam-no essas operações (addiu) que ele determinou, dividindo e enfraquecendo as forças”, etc. “Até hoje brigariam, se não fosse a traição. (VARELA,1933: 500)

Walter Spalding em “A Revolução Farroupilha”, deixa claro sua posição contrária a traição, diz que a “surpresa de Porongos foi o maior desastre de todo o período revolucionário. Segundo ele Neto, Canabarro, João Antônio da Fontoura entre outros estavam acampados aguardando para seguir marcha evitando confrontos com os imperiais, já que as negociações de paz haviam começado, mas não havia suspensão de armas, Canabarro procurava evitar a luta e esperava que os imperiais fizessem o mesmo. Caxias e Bento Manoel pensavam como Canabarro, mas Moringue sedento por glórias não compartilhava dessas idéias e não dava folga aos Farrapos.

Spalding comenta que o evento de Porongos não pode ser considerado como um combate, mas foi de sérias conseqüências para a República, segundo ele, por Canabarro o destino da Revolução seria resolvido através das armas, não fosse pela intervenção de outros o Tratado de Paz fracassaria. Canabarro teria ficado mais furioso com a armação de Moringue do que com a “surpresa” em Porongos.

Para se ver que tudo aquilo era trama infernal do coronel Moringue, bastaria aquela frase de Caxias: “É sem dúvida a primeira vez que David Canabarro é surpreendido, o que até agora parecis impossível pela sua incansável vigilância”. E dizemos bastaria, porque o caráter nobre e generoso do grande cabo-de-guerra do Brasil não se exporia jamais ao ridículo, dizendo de Canabarro o que disse, porque um dos traços mais distinguidos do ilustre barão era a veracidade e a sinceridade. (SPALDING,1939: 72)

Canabarro jamais teria perdoado Moringue e não admitia que se falasse nele em sua presença, durante a Guerra do Paraguai quase saiu briga, quando num conselho de oficiais Moringue mencionou o evento de Porongos.

Canabarro foi um grande e nobre guerrilheiro. Teve fraquezas, como seu enfeitiçamento por “Papagaia”, que o deixou como que inerte. Mas dessas e de outras se redimiou. De sua capacidade militar deu inúmeras mostras e provou-a a saciedade, quase por completo, a Chico Pedro, na tremenda guerra contra o ditador paraguaio Solano López. (SPALDING,1939: 73)

Especificamente quando trata do evento de Porongos se refere a ele sempre como a “Surpresa de Porongos” relata que dia 14 de novembro as forças

farroupilhas foram surpreendidas por Moringue, e sob o comando de Canabarro e junto as tropas deste, encontravam-se os cavalarianos de Neto e os centauros de João Antônio da Silveira. Spalding conta como Moringue, em suas memórias, descreve a “surpresa”.

[...] certo pelos seus bombeiros da posição do exército do general David Canabarro e dos demais generais rebeldes Neto e João Antônio, se encaminhou a batê-los da seguinte forma, no dia 10 de novembro de 1844 o coronel Abreu com a força de 1170 praças [...] Consegui em 4 noites de marchas forçadas na madrugada do dia 14 de novembro nos campos do Arroio Grande e Serro dos Porongos, bater o general-em-chefe David Canabarro, e mais os dois ditos generais Neto e João Antônio, e outros oficiais superiores da rebeldia com uma força de mais de 1200 homens, tomando-lhe o estandarte da República, toda a bagagem, todo o armamento de infantaria e muitos de cavalaria, toda a munição de guerra, e mais de 1000 cavalos, destes 500 arreados, ficando o campo estivado com mais de 100 mortos e entre eles alguns oficiais, além dos mortos e feridos mais de 300 prisioneiros, e entre eles o ministro da fazenda alheia Viana e o coronel Rolão e 33 oficiais, escapando-se Canabarro e 2 generais por bem montados e os cavalos das forças legais estarem abombados das violentas marchas de noite e embocadas de dia; da legalidade só feridos de cavalaria e algumas contusões. (SPALDING, 1939: 217-218)

Spalding fala que Moringue não diz nada no texto acima sobre a “carta falsa” que escreveu posteriormente para desmoralizar Canabarro.

Henrique Oscar Wiedersphan em “O Convênio de Ponche Verde”, é contrário a tese de traição de Canabarro, o autor trata o acontecido no Cerro dos Porongos como uma surpresa, teriam as forças farroupilhas sido inesperadamente atacadas pelo exército de Moringue sem ter tempo, nem condição de resistir.

Planejada e executada de acordo com o comando-em-chefe imperial, a surpresa fora facilitada pela displicência como Canabarro se comportara, descuidando muito das medidas de segurança, apesar das advertências de Neto, às quais fizera ouvidos moucos (WIEDERSPHAN, 1980: 67)

Canabarro estaria mais preocupado com um possível enfrentamento com o força imperial do Tenente coronel Francisco Felix da Fonseca Pereira Pinto. Assim Caxias teria cercado os farroupilhas pelo lado de Bagé caso Canabarro, avisado a tempo, tentasse fugir ou partir para o combate. Não havia Caxias concedido nenhuma suspensão de armas.

Moringue vinha à frente do 8º batalhão de caçadores e de três corpos de cavalaria da Guarda Nacional, aproximadamente 1170 homens, tomou no caminho as providências para que sua marcha não fosse notada. Mesmo tendo uma partida republicana se encontrado e trocado tiros com uma pequena vanguarda do Tenente Fidélis em 11 de novembro, Canabarro não deu importância ao fato e cedeu 300 homens ao Portinho. Assim ficou no acampamento de Porongos com cerca de 700.

Wiedersphan mostra um texto de Othello rosa onde este comenta que embora não houvesse nada oficial o evento de Porongos ocorreu em um armistício implícito.

A respeito desta surpresa em Porongos há uma série de coincidências que chegariam a atingir Canabarro, ao ponto de suscitarem sérias suspeitas de haver sido a mesma executada em conluio dele com o Barão de Caxias e até com Antônio Vicente da Fontoura, embora se tenha posteriormente conseguido desfazer tais suspeitas de modo cabal e definitivo. (WIEDERSPHAN, 1980: 70)

O autor diz que o ofício onde Caxias dava a Moringue notícia que poderia atacar, pois Canabarro não oferecia resistência, não passou de um golpe de Moringue para desmoralizar Canabarro. Estratégia de um plano de guerra psicológica para enfraquecer os farroupilhas.

Dante de Laytano na “História da República Rio-Grandense”, não chega nem a defender a não traição de David Canabarro, quase não toca no assunto, quando cita os generais da República, especificamente David Canabarro, não se refere ao evento de Porongos e quando trata dos negros rio-grandenses, não faz qualquer menção ao massacre, mas comenta que foram libertos e que através do Tratado de Paz, a monarquia reconheceu esta emancipação.

Combate de Porongos – Chico Pedro, Fidelis Pais e Manduca Rodrigues, com suas colunas legalistas, se atiraram, em Porongos de surpresa sobre os revolucionários. Teixeira, com o 4º Regimento de Linha, tentou defender-se do ataque. Esse combate de 14 de novembro, em Porongos, significou uma derrota dos republicanos (LAYTANO, 1983: 127)

Morivalde Calvet Fagundes em “História da Revolução Farroupilha”, dedica um capítulo ao Canabarro e seus amores onde conta que era rude na aparência, mas excelente de coração, enaltece sua carreira militar e comenta que só tomou parte da Revolução Farroupilha após a proclamação da República.

Um capítulo é destinado à pergunta: Houve traição em Porongos?

Na madrugada de 14 de novembro, segundo Fagundes, enquanto Canabarro estava descuidado e confiante, pela primeira vez em sua carreira, foi pego de surpresa. O pânico tomou conta do acampamento causando uma fuga desordenada a pé ou à cavalo, em pêlo. Ao lado de Canabarro estavam Neto e João Antônio e cerca de 1.000 homens. Segundo os relatos oficiais dos imperiais, ficaram no campo, 100 mortos, 14 feridos graves, 333 prisioneiros, entre eles 35 oficiais e o ministro da fazenda José Francisco Vaz Viana. Foi deixado pra traz um grande

despojo; bagagens, armamentos e munição de infantaria e cavalaria, mais de 1.000 cavalos e o arquivo completo de Canabarro.

Canabarro teria escapado ileso porque não foi reconhecido nos indecentes trajes que se encontrava e segundo o Barão de Caxias teria sido essa a primeira surpresa em sua longa carreira militar.

Já houve quem quisesse atribuir a Canabarro uma mancomunação Caxias, para acabar de uma vez com a revolução. [...]

A respeito, Souza Doca, em suas notas à obra do marechal Luiz Manuel de Lima e Silva, tio do Duque de Caxias, intitulada Guerra com as províncias unidas do Rio da Prata, assim se manifesta:

Foi David Canabarro um dos maiores servidores da República rio-grandense. Exerceu com brilhantismo o comando em chefe do Exército Farroupilha, reunindo, por essa ocasião, todos os poderes em suas mãos. Foi de uma honestidade a toda prova. [...]

Entretanto, mesmo entre seus companheiros e contemporâneos, a atitude de Canabarro deixou dúvidas, [...] Almeida muitos anos depois, ainda se perguntava: Fomos ou não Traídos. (FAGUNDES, 1984: 374)

Gomes Jardim teria dito que não acreditava que Canabarro se vendesse, mas sim que querendo a todo custo a paz resolveu se desfazer dos que à ela se opunham. O capitão Felisberto Cândido Pinto Bandeira, divergia de Gomes Jardim apenas num ponto, a maioria não queria a paz, Canabarro teria se deixado derrotar em Porongos para obter com a paz fortuna e posição, já que era muito ambicioso de dinheiro.

David Canabarro ocupava o território designado pelo barão de Caxias, até ser atacado por Francisco Pedro de Abreu, em Porongos, onde a infantaria republicana, formada por negros, foi dizimada, porque, na véspera, David Canabarro ordenara que lhe tirassem o cartuchame.

[...] circulou uma cópia de instruções dadas pelo Barão de Caxias a Francisco Pedro de Abreu, o Moringue, onde constava que a infantaria farroupilha estaria desarmada. Os soldados imperiais deveriam massacrar os negros, poupando apenas os índios e brancos, que poderiam ser úteis no futuro, bem como pôr a salvo a bagagem de Canabarro.(FAGUNDES,1984: 375)

José Plínio Fachel em “Gente de Guerra e Fronteira” diz que entre os farroupilhas os interesses sociais, políticos e econômicos era diversos. Bento Manuel, mudava de lado conforme melhor se convinha, Domingos de Almeida, importante personagem republicano, quando viu a possibilidade de fim da escravidão mandou seus escravos para o Uruguai tentando evitar perda financeira e pediu anistia ao Império tanto no início quanto no final da guerra em 1844. Havia também os mais radicais que queriam de fato a abolição e mudanças econômicas significativas como Teixeira Nunes, Amaral Ferrador e Mariano de Matos.

Estavam divididos em dois partidos, o da “Maioria”, mais radical, do qual faziam parte: Bento Gonçalves da Silva, Domingos José de Almeida, Mariano de Matos, Antonio de Souza Neto e Gomes Jardim. E o da “Minoria”, mais reformista e que buscava se reconciliar com o Império, dele faziam parte: Antonio Vicente da Fontoura, Francisco Ferreira Jardim Brasão, Martins da Silveira Lemos, Onofre Pires, Paulino da Fontoura, João Antonio de Oliveira e David Canabarro.

Os dois grupos tinham visões diferentes sobre os rumos que a nova república deveria tomar, o primeiro propunha o fim da escravidão, criticava a monarquia e a Igreja católica. O segundo era mais homogêneo, queriam manter o escravismo, defendiam o catolicismo e a reintegração da província ao Império.

Em 1842 quando o barão de Caxias assume a presidência da província e a chefia militar, os farroupilhas gaúchos estão brigando entre si (maioria versus minoria), tem início então a decadência definitiva da República.

Caxias foi espremendo as tropas rebeldes, reprimiu o apoio uruguaio aos rebeldes, seduziu a Minoria com anistias, cargos e indenizações, concentrou metade do exército e da armada brasileira no Rio Grande do Sul, negociou também com membros da Maioria, foi implacável com os lanceiros negros, investiu fortemente na compra de cavalos e mantimentos (agradando aos comerciantes) e alterou a política fiscal. Essa política dos imperiais foi muito eficiente, aprofundou a divisão entre os inimigos e cooptou novos parceiros. [...] Para o Império, por razões financeiras e estratégicas, era melhor negociar com os farroupilhas. Financeiramente gastava cerca de metade de toda a arrecadação com a guerra, era um bom negócio “indenizar” ou “comprar” a paz. (FACHEL, 2010: 13)

Em 1844 a situação estava insustentável, Vicente da Fontoura e David Canabarro estavam no poder, ambos da minoria. Começaram as negociações de paz com Caxias, sob termos diferentes dos defendidos por Bento Gonçalves. Em 14 novembro de 1844 na batalha do Cerro de Porongos os farroupilhas são derrotados de forma decisiva. O evento ficou conhecido também como a Traição ou o Massacre de Porongos.

Canabarro negou que tivesse feito o acordo com os imperiais, afirmou que a carta era falsa, um instrumento para dividir mais aos republicanos. O fato é que massacraram aos lanceiros negros, desarmados por ordem de Canabarro, e que a maioria dos brancos saiu ilesa. Obviamente o próprio General saiu livre do episódio, assim como outros oficiais. O resultado da batalha mostrou incompetência militar e/ou suspeição de traição, provocando a ação de tribunais militares. A carta poderia ser falsa, o acordo de Porongos uma intriga, mas o massacre aos negros foi real. (FACHEL, 2010: 18)

Moacyr Flores em “República Rio-Grandense: Realidade e Utopia” comenta que o acontecido em Porongos provocou um desabafo indignado em Bento

Gonçalves que considerou Canabarro um orgulhoso. Bento já imaginava que uma grande derrota viria quando os 400 homens, que defendiam uma área ocupada por 1400 imperiais, foram divididos em pequenos grupos, o exército reduzido a cargueiros (mulas), não havia mais infantaria, deixaram de procurar os inimigos onde estavam e podiam ser derrotados e Canabarro ainda falava “vou sovar Caxias, vou sovar Bento Manoel e desprezo esses inimigos e mui especialmente o Moringue”.

Domingos José de Almeida ficou em dúvidas se houve traição em Porongos. Os oficiais de Canabarro recusaram-se a prestar esclarecimentos. O historiador Alfredo Ferreira Rodrigues considerou uma trama com Caxias, na qual Canabarro desarmou a infantaria que foi atacada por Francisco Pedro de Abreu. Ferreira Rodrigues defendeu Canabarro, argumentando que o ofício de Caxias, para que poupasse os brancos e índios, não prendesse Canabarro e Lucas de Oliveira, era apócrifo, criado por Francisco de Abreu para desmoralizar Canabarro, o único chefe farroupilha a lutar. Seria um plano para terminar logo a guerra. [...] No combate de Porongos morreram apenas os negros da infantaria, perto de uma centena, que acampavam isolados dos brancos. Destruía-se assim a principal força republicana, permitindo que brancos e índios fugissem. (FLORES, 2002: 437-438)

Flores trata do tema de forma mais detalhada em “Negros na Revolução Farroupilha: traição em Porongos e farsa em Ponche Verde”, neste livro o autor dedica um capítulo à “Traição em Porongos”. O autor começa o capítulo desmitificando o chamado “Tratado de Ponche Verde”, que segundo ele, não existiu o que houve de fato foi um acordo de anistia, que foi mascarado e feito acreditar pela população ser um tratado de paz para encobrir a traição em Porongos. O documento que circulou estava assinado por oficiais farrapos e foi sim enviado ao barão de Caxias, que não o assinou, portanto não existiu o tal “Tratado de Paz de Ponche Verde”.

Ulhoa ficou indignado com a proposta de Machado e não aceitou a permanência dos negros como escravos, que lhe apontou a porta de saída e ainda disse que os senhores receberiam indenização por seus escravos desde que mostrassem a devida documentação. Estes termos apresentados pelo governo imperial foram aceitos em 1845, pondo fim à guerra civil. Apenas nações soberanas firmam acordos de paz e neste caso, o Brasil não reconhecia o Rio Grande como tal, era sim uma província rebelada. Bento Gonçalves por firmar posição sobre a questão da continuidade da federação e liberdade dos negros, foi afastado das

negociações por Caxias que passou a tratar com Canabarro acertando Vicente da Fontoura como emissário republicano.

Segundo Flores, a loja maçônica Humanidade e Justiça, em 1840, em Alegrete teria iniciado o tenente-coronel Joaquim Guedes da Luz, o general David Canabarro e outros com o objetivo de tratarem da paz na província.

Assim, o governo, a maçonaria, Joaquim Guedes da Luz e David Canabarro estavam motivados para estabelecerem a paz, menos o maçom Bento Gonçalves da Silva que impôs condições. A paz só veio com o pedido de anistia dos chefes farroupilhas, concedida pelo então barão de Caxias em nome do Imperador Pedro II. Os chefes farroupilhas ocultaram a concessão de anistia e a entrega dos soldados negros ao Império, com a ata do falso tratado de paz de Ponche Verde.

Em suas memórias, Manuel Alves da Silva Caldeira afirma textualmente: “Canabarro entra em negociações de paz com Caxias, e o resultado foi Canabarro entregar a República em Porongos! Ficando Caxias com a glória de pacificar o Rio Grande do Sul” (FLORES, 2010: 59)

Canabarro teria sido avisado da aproximação de Moringue, só isso já eliminaria a possibilidade de surpresa em Porongos e ainda juntando o ofício de Caxias ao cel. Moringue, ordenando o ataque ao Cerro dos Porongos deixando claro que Canabarro e Lucas de Oliveira sabiam do ataque e que havia sido combinada a entrega dos negros.

Em momento nenhum o barão de Caxias ou Canabarro disseram que a carta era falsa, acusaram ou desmentiram Moringue. Há ainda notícias que o documento era do conhecimento de várias pessoas e está ainda publicado na íntegra em “Ofícios do Barão de Caxias, 1842-45” editado pela Imprensa Militar do Rio de Janeiro.

Na ordem do dia nº 169 Caxias conta que Moringue ao atacar o acampamento de Porongos, Canabarro, Neto e João Antônio se deixaram surpreender, não apresentando a menor resistência, fugindo vergonhosamente. Os 280 homens de infantaria e 100 soldados mortos eram ex-escravos dos imperiais recrutados pelos farroupilhas.

A reelaboração da memória do vergonhoso massacre de Porongos apresenta os lanceiros negros como sendo os únicos mortos, sem referência aos infantess que foram desarmados por ordem de Canabarro e mortos pelos soldados do coronel Abreu. Os homens no Cerro dos Porongos estavam em acampamentos separados: dos brancos, dos índios e dos negros, os imperiais atacaram especificamente o acampamento dos negros, os índios e brancos escaparam

deixando arreios, armas, munições deixando os infantes desarmados enfrentar sozinhos os imperiais. Canabarro, apesar de prometer, nunca prestou esclarecimentos sobre o acontecido em Porongos. Segundo Flores, não é possível desfazer a suspeita de traidor ou de político, neste caso no sentido de ter prazer em desfazer de seus adversários e se tornar o pacificador.

Em ofício de 9.11.1844, o barão de Caxias ordenou que os prisioneiros de Porongos, fossem levados o quanto antes para Pelotas, escoltados pelo 7º Batalhão, e recolhidos à Presiganga “pois a experiência tem nos mostrado que de pouca ou nenhuma vantagem é ter com eles indulgência”. (FLORES, 2010: 65)

No seu diário Vicente da Fontoura relatou que em 02 de dezembro de 1844, enquanto esperava para embarcar para a Corte no porto de São José do Norte, 200 prisioneiros da batalha de Porongos estavam no Brigue Águia. Provavelmente escravos já que somente o acampamento dos negros foi atacado por Moringue. Também escreveu que 20 prisioneiros chegaram em mais um vapor, estes da derrota de Arroio Grande onde os farrapos perderam o coronel Teixeira Nunes, comandantes dos lanceiros.

Após, a simulação do Convênio de Ponche Verde, em ofício de 4.3.1844, ao Ministro da Guerra, o barão de Caxias informou que os escravos iriam seguir para a Corte, conforme o combinado. [...] Portando, os negros aprisionados em Porongos e em Arroio Grande seguiram como prisioneiros para o rio de Janeiro, conforme ordens recebidas pelo barão de Caxias. (FLORES, 2010: 65)

Conclusão

A época da regência foi conturbada em todo o território nacional. O Império, além de tentar aplicar suas reformas liberais, procurava conciliar os interesses das elites provinciais e grupos nacionais, o que se tornava muito complicado devido as diferenças entres eles. Assim, alguns setores acabaram tendo seus interesses sacrificados em prol do ideal governista, os Liberais Moderados assumiram o poder após a abdicação de D. Pedro I. Mesmo entre eles não havia unidade, estavam de um lado os “exaltados” ou “farroupilhas” e de outro os “absolutistas” ou “caramurus”.

Já na Revolução Farroupilha a articulação da revolta foi feita por membros da elite pecuarista gaúcha, eram charqueadores, estancieiros, caudilhos⁴. Embora tenha havido participação popular, não foram eles os idealizadores e nem estava na liderança do movimento. Os farroupilhas gaúchos estavam divididos em dois partidos, o da “Maioria” (mais radical) que contava com Bento Gonçalves, Neto, Domingos de Almeida, entre outros e o partido da “Minoria” (reconciliador) de David Canabarro, Vicente da Fontoura, Onofre Pires.

Os farroupilhas contrários às políticas de impostos e administrativa do Império buscavam maior autonomia e valorização por serviços militares prestados ao Império, entre eles havia alguns republicanos e abolicionistas.

Os negros já vinham sendo usados na guerra, mas só após a proclamação da República foi criado de fato o 1º Corpo de Lanceiros Negros que tiveram um papel fundamental para o andamento da Revolução Farroupilha e foram decisivos para o seu final.

Como vimos ao longo do trabalho a questão dos lanceiros negros foi controversa durante toda a guerra civil gaúcha, alguns como: Teixeira Nunes, Amaral Ferrador e Mariano de Matos eram verdadeiramente abolicionistas, porém grande parte da liderança dos farroupilhas era formada por homens que dependiam do braço escravo para o trabalho e não aceitavam a possibilidade da abolição.

Quando teve início as negociações para a paz o destino dos soldados negros foi um empecilho para que o governo imperial, representado pelo barão de Caxias, e os chefes da República Rio-Grandense chegassem a um acordo. Bento Gonçalves, que de início era o negociador junto ao barão, não aceitava proposta que não garantisse a liberdade dos escravos que pegaram em armas pela República, porém Bento é afastado das negociações pelo partido da minoria.

É nesse contexto que na madrugada de 14 de novembro de 1844 no Cerro dos Porongos, que fica no atual município de Pinheiro Machado, acontece uma batalha que define o destino da República. As tropas acampadas em Porongos foram atacadas pelas forças do coronel Moringue, resultou desse ataque mais de 300 prisioneiros, apreensão de equipamentos de guerra, cavalos, arreios e

⁴ Líder político-militar no comando de uma força autoritária, em geral são lideranças políticas carismáticas ligadas a setores tradicionais da sociedade (como militares e grandes fazendeiros).

documentos pessoais de Canabarro. Nesta batalha aconteceu o massacre dos soldados negros que “atrapalhavam” as negociações de paz.

Desta forma ambas as correntes historiográficas possuem argumentos plausíveis sobre a existência ou a inverossimilhança do trato firmado entre Caxias e Canabarro.

Todavia o acúmulo de erros cometidos pelo comandante Farroupilha e a não autorização dos negros farroupilhas pertencerem às forças armadas brasileiras no término do conflito demonstram a passividade dos líderes farroupilhas com o regime escravagista brasileiro e o interesse destes comandantes em manterem seus privilégios obtidos pelo tratado de Ponche Verde.

Referências

ALENCASTRO, Luis Felipe de. Vida Privada e ordem privada no Império. In: História da Vida Privada no Brasil: Império – a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. P.11-93.

ANDRADE, Manuel Correia de. A Guerra dos Cabanos. Disponível em http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=2n4kyfp3qBcC&oi=fnd&pg=PA125&dq=guerra+dos+cabanos&ots=h8rMdXvS1L&sig=_wYz8D-6tzSYyUnH7K89qeJOnql#v=onepage&q&f=false

Arquivo histórico do rio grande do sul. Anais.

BASILE, Marcello. Revoltas regenciais na Corte: o movimento de 17 de abril de 1832. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.259-298, jan./dez. 2004. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/viewFile/6358/3809>

BITTENCOURT, Circe. Dicionário de Datas da História do Brasil. São Paulo: Contexto, 2007. Disponível em http://books.google.com.br/books?id=kdx0xpjxjwc&pg=pa17&dq=cabanagem&hl=pt-br&ei=yrfatollacobladedqzg8cq&sa=x&oi=book_result&ct=result&resnum=8&ved=0cemq6aewbw#v=onepage&q=cabanagem&f=false

ESTRELA DO SUL. Alegrete, 1843. Edição fac-similada da Livraria do Globo, 1930.

FACHEL, José Plínio Guimarães. Revolução Farroupilha. Pelotas: EGUFPEL, 2002.

FACHEL, José Plínio Guimarães. A Revolução Farroupilha. in Gente de Guerra e Fronteira. No prelo, 2010.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. História da Revolução Farroupilha. 3ª ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1989.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 13ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FERNANDES, Juarez de Assis; Barros, Clarissa F. do Rêgo. "A Revolta dos Malês na História: uma análise sobre a resistência dos escravos e o saber histórico frente a implementação da Lei 10639/2003", História Agora: A revista de História do Tempo Presente. Número 5. Disponível em http://www.historiagora.com/dmdocuments/Historia5_A_Revolta_dos_Males_na_Historia.pdf

FLORES, Moacyr. Negros na Revolução Farroupilha: traição em Porongos e farsa em Ponche Verde. 2ªed. Porto Alegre: EST, 2010.

FLORES, Moacyr. Modelo Político dos Farrapos. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1978.

FLORES, Moacyr. República Rio-Grandense: Realidade e Utopia. Porto Alegre: EDIPUC, 2002.

GOLIN, Tau. Bento Gonçalves, o Herói Ladrão. Santa Maria: LGR, 1983.

GORENDER, Jacob. A Escravidão Reabilitada. São Paulo: Ática, 1990.

História da Vida Privada no Brasil: Império/coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; organizador do volume Luiz Felipe Alencastro. São Paulo: companhia das Letras, 1997.

LAYTANO, Dante de. História da República Rio-Grandense (1835-1845). 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 1983.

LEMONS, Maria Teresa Toríbio Brittes et al, Violência e Movimentos Sociais: Opressão; Repressão e Resistência. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. Disponível em <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=6oKYZ-R6eC8C&oi=fnd&pg=PA25&dq=revoltas+regenciais&ots=2PtXYbABys&sig=9la4OigIXKZI1vvqKa9nHf4zBk8#v=onepage&q=revoltas%20regenciais&f=false>

MAESTRI, Mário. O Escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade. 3ªed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

MAURO, Frédéric. O Brasil no tempo de Dom Pedro II: 1831-1889. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MOTTA, Flávia de Mattos. Crime e Rebeldia Escrava no Rio Grande do Sul (1820-1845). Porto Alegre: UFRGS, 1985.

O AMERICANO, Alegrete, 1842/3. Edição fac-similada da Livraria do Globo, 1930.

O MENSAGEIRO. Porto Alegre, 1835/6. Edição fac-similada da Livraria do Globo, 1930.

PADOIN, Maria Medianeira. A Revolução Farroupilha. In: História Geral do Rio Grande do Sul – Império. Passo Fundo: Méritos, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A Revolução Farroupilha. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. 2ª ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

PICCOLO, Helga. O Processo de Independência do Brasil. In: História Geral do Rio Grande do Sul – Império. Passo Fundo: Méritos, 2006.

REIS, João José. Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

REYNALDO, Venildo Jose Bezerra. A Revolta dos Balaio: Para Entender a Balaiada. Disponível em <http://www.webartigos.com/articles/19542/1/PARA-ENTENDER-A-BALAIADA/pagina1.html>

SOUZA, Adriana Barreto de. Duque de Caxias: o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SPALDING, Walter. A Revolução Farroupilha. São Paulo: Nacional, 1939.

VARELA, Alfredo. História da Grande Revolução. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1933.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. O Convênio de Ponche Verde. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Sulina; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980.